

-----**ATA N.º 15/2012**-----

-----Aos 25 dias do mês de julho de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----João Manuel Duarte;-----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Victor Martins Santos. -----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 4/7/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 13, da reunião ordinária do Executivo de 4/7/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que gostaria de ser esclarecido relativamente a duas questões. Disse ter tido conhecimento de que os seguros da Câmara Municipal haviam sido retirados aos mediadores de Celorico da Beira e entregues a uma empresa de Vila Nova de Gaia, pretendendo saber o porquê desta situação. A ser verdade, considera que deveriam ajudar o comércio local, uma vez que pagam impostos no concelho de Celorico da Beira.-----

-----Relativamente ao Festival “Andanças”, disse ter tido conhecimento de que existe a obrigatoriedade que a cerveja vendida no festival, seja adquirida à Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, pretendendo também, ser esclarecido quanto a esta questão.-----

-----Relativamente à carteira de seguros, o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que foi aberto concurso através da plataforma eletrónica, sendo que, a empresa vencedora foi a Corbroker de Vila Nova de Gaia. No entanto, a empresa irá contatar os agentes locais, para efetuarem alguns seguros.-----

-----Relativamente à questão colocada sobre o festival, o Senhor **Vereador António Silva** disse que a mesma terá de ser questionada à Associação atrás mencionada.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que o Festival é patrocinado pela Câmara Municipal, logo, deveriam saber responder a estas questões. Esclareceu que a sua questão prende-se somente pelo facto de adquirirem a cerveja à Associação, quando no concelho também existem vendedores de cerveja.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de que a Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, é parceira da

autarquia neste Festival. Na sua opinião, a Associação deveria ser contactada para explicar o procedimento que foi efetuado relativamente à venda de cerveja. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** quanto a esta situação considera que algo não está bem, uma vez que a Câmara Municipal não sabe responder às questões colocadas, misturando-se autarquia, com Associação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse desconhecer a situação apresentada pelo Senhor Vereador, no entanto, a mesma irá ser averiguada. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o Festival é organizado pela Câmara Municipal, no entanto, e até hoje, nunca ninguém havia questionado a origem da cerveja vendida neste tipo de eventos, ficando com a impressão de que o Senhor Vereador João Duarte, quer envolver o Vereador António Silva numa acusação. Deu conhecimento de que a Câmara Municipal apenas contactou todos os bares e Associações do Concelho, para que quem estivesse interessado em colocar uma tasquinha dentro do recinto do Festival se inscreve-se, sendo que, o restante processo foi feito pela referida Associação. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** mencionou ainda uma outra situação, ou seja, as dívidas a fornecedores do concelho, citando a título de exemplo, um representante do Talho Nogueira que se encontrava na autarquia para falar com o Dr. José Tavares, com uma fatura para liquidar. -

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as dívidas a fornecedores têm vindo a diminuir, através dos pagamentos que têm vindo a ser feitos. Relativamente ao Talho Nogueira disse não ter conhecimento

sobre o que o representante pretendia tratar, no entanto, se for algo urgente, espera que seja dada uma resposta imediata. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** pretendeu saber se o representante do Talho Nogueira havia feito alguma afirmação ao Senhor Vereador João Duarte. Sugeriu que a Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, bem como, o representante do Talho Nogueira, sejam chamados à autarquia para esclarecer todas estas situações. -----

### **ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**PAGAMENTO DE CONDOMÍNIO – BAIRRO DE SANTA LUZIA, BLOCO 20.**-----

### **ORDEM DO DIA**

-----1. **ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. ENCERRAMENTO DOS TRIBUNAIS**-----

-----Foi presente ofício da ANMP, datado de 3/7/2012, com o registo de entrada n.º 6409, dando conhecimento de que o Ministério da Justiça publicitou um documento que consubstancia as Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária, em que se prevê o encerramento de 54 Tribunais. Remetem também para conhecimento, a Resolução aprovada pelo Conselho Diretivo da ANMP, relativa a tal temática. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que para já, não está previsto o encerramento do Tribunal Judicial de Celorico da Beira.-----

-----**2. CCDRC - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO**-----

-----**ASSUNTO: EMAIL DE DESPEDIDA**-----

-----Foi presente ofício do Presidente da CCDRC, datado de 5/7/2012, com o registo de entrada n.º 6501, dando conhecimento de que solicitou à Sr.ª Ministra da Agricultura, Mar e do Ordenamento do Território, que aceitasse a sua demissão. Refere ainda, ter lutado pelo Centro de Portugal e pelos seus interesses, sendo esta, uma região em que acredita pelas suas potencialidades e pelas suas gentes. -----

-----**3. GRAZIA TANTA**-----

-----**ASSUNTO: O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E O ROUBO DOS SUBSÍDIOS**-----

-----Foi presente ofício em nome de Grazia Tanta, datado de 10/7/2012, com o registo de entrada n.º 6620, relativamente ao assunto em epígrafe, remetendo documento para conhecimento. -----

-----**4. SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE FÉRIAS**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Vice-Presidente da Câmara, com o registo interno n.º 2338, datado de 9/7/2012, informando que estará de férias, no período de 23/7 a 10/8 de 2012.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**5. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE FÉRIAS**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Presidente da Câmara, com o registo interno n.º 2456, datado de 13/7/2012, informando que estará de férias, no período de 16/8 a 31/8 de 2012.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**6. SENHOR VEREADOR ANTÓNIO GRAÇA SILVA**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE FÉRIAS**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Vereador António Graça Silva, com o registo interno n.º 2450, datado de 18/7/2012, informando que estará de férias, no período de 13/8 a 31/8 de 2012.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**7. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA - PEDIDO DE APOIO TÉCNICO**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 6/7/2012, com o registo interno n.º 2357, com o seguinte teor: ----

-----“Ex.mo Sr. Presidente-----

-----Nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras.-----

-----O n.º 11, do artigo 14º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e Edificação do Concelho de Celorico da Beira, prevê que a Câmara delibere sobre a concessão de apoio técnico.-----

-----Assim, atento o atrás referido e o teor do parecer jurídico de 2012/06/21, tendo a Sr.ª Eng.ª Delfina Fonseca as habilitações necessárias para exercer as funções de Direção da Fiscalização da obra em causa e de Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho, proponho que o executivo delibere sobre a concessão do apoio técnico solicitado.”-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, nomear a Eng.<sup>a</sup> Delfina Fonseca, para exercer as funções de Direção da Fiscalização e de Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho, da Operação de Loteamento em nome da Comissão de Melhoramentos da Carrapichana.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA O CORTE DO TRÂNSITO QUINTÃS DE CIMA**-----

-----**Requerente: Comissão de Festas de Nossa Senhora da Saúde**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 273/2012, datada de 10/07/2012, referindo que, após análise do assunto exposto pela Comissão de Festas de Nossa Senhora da Saúde, no qual pretendem autorização para o corte do arruamento designado por Rua do Soito, na Aldeia das Quintãs de Cima, Freguesia de Linhares da Beira, para os dias 10, 11, 12 e 13 de agosto do corrente ano, entre as 20:00h e as 02:00h, para a realização das Festas da Nossa Senhora da Saúde, os serviços técnicos informam que não há qualquer inconveniente no corte do arruamento, desde que seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos moradores, bem como, a circulação de veículos prioritários. Para tal, devem os respetivos serviços administrativos desta autarquia, informar desse facto ao Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários e à população em geral através de avisos. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o corte do arruamento designado por Rua do Soito, na aldeia das Quintãs de Cima, Freguesia de Linhares da Beira, nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto, entre as 20:00h e as 02:00h, para a realização das Festas da Nossa Senhora da Saúde, desde que seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos moradores, bem como, a

**circulação de veículos prioritários. Devem os Serviços Administrativos desencadear os procedimentos constantes da informação técnica.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS - SUSPENSÃO DOS PRAZOS**-----

-----**Requerente: António Faria**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Particulares, datada de 5/6/2012, referindo que relativamente ao requerimento n.º 5174, datado de 25/5/2012, apresentado pelo Senhor António Faria, no qual solicita a suspensão de contagem de prazos, informa que o mesmo poderia beneficiar da 2.ª prorrogação, possível ao abrigo do n.º 5 e n.º 6, do art.º 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, só se a obra se encontrar em fase de acabamentos, o que não é o caso. -----

-----Informa ainda, que a 1.ª prorrogação foi concedida, de acordo com a informação prestada pela Chefe de Divisão, a qual mereceu parecer do Gabinete Jurídico e consequentemente despachado pelo Senhor Presidente da Câmara em 20/1/2012.-----

-----Face ao descrito, tendo sido emitida uma prorrogação e a obra continuar sem se ter iniciado, a técnica é de opinião que deve ser emitida a caducidade.-----

-----Foi colocada a questão pela Chefe de Divisão ao Gabinete Jurídico, quanto à existência de fundamentação legal para suspender a contagem dos prazos, por se encontrar a decorrer uma Ação no Tribunal Judicial de Celorico da Beira. O Gabinete Jurídico pronunciou-se no sentido de o atrás referido não constituir fundamentação legal para a pretensão do requerente ser deferida, devendo o executivo declarar a caducidade do alvará de construção, tendo sido já efetuada a audiência prévia ao requerente. -----



-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir a caducidade do alvará de licença de construção definitivamente, relativamente à reconstrução de um edifício de comércio e serviços, em nome de António Faria, uma vez que já foi dado cumprimento ao CPA no que se refere à audiência prévia.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO CADAFAZ - PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA A ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE DIA - REQUERIMENTO COM REGISTO DE ENTRADA N.º 5623 DE 2012/06/08** -----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 28/6/2012, com o registo interno n.º 2293, referindo que relativamente aos pedidos da Associação de Solidariedade do Cadafaz, cuja informação se anexa a esta ata (**anexo I**), há várias questões a analisar. -----

-----1. Existe na Secção de Obras Particulares um processo, designado pelo n.º 22/2009, que se encontra em condições de ser emitida a caducidade; poderá em sede de audiência prévia, o requerente informar a autarquia se pretende efetivamente a caducidade do processo e a entrada para licenciamento de novo processo, ou se pretende dar entrada de projeto de alterações. -----

-----2. Para ser a Câmara Municipal a elaborar o projeto novo ou alterações, tem de ser solicitado apoio técnico à autarquia, nos termos da Lei e indicar quais as alterações pretendidas; apesar de o requerimento não estar instruído com a formalidade atrás referida, informo que a concessão de apoio técnico para a elaboração de projeto ou alterações está previsto no n.º 11, do artigo 14º, do Regulamento de Administração Urbanística e de Edificação, tendo tal decisão de ser objeto de deliberação do executivo. -----

-----3. O pedido de apoio para a construção do edifício, com “materiais, mão-de-obra e apoio logístico”, tem de ser tratado de forma separada: -----

-----3.1 O pedido de apoio para atribuição de um subsídio em géneros (material); -----

-----3.2 O pedido de apoio relativo a mão-de-obra; tratando-se de uma operação urbanística que carece de licenciamento e correspondente emissão de alvará de licença de construção, não poderão ser disponibilizados funcionários da autarquia; no entanto, poderá ser solicitado parecer ao Gabinete Jurídico. A Associação tem de efetuar o licenciamento junto da Secção de Obras Particulares, apresentando todos os documentos necessários e obrigatórios para a emissão do alvará de licença de construção (já que a construção do edifício carece de licenciamento municipal). Um dos documentos de apresentação obrigatória é o alvará do empreiteiro que vai realizar a obra. -----

-----Segundo opinião da técnica, neste caso em particular, e por ser necessária a emissão de alvará de construção não é possível disponibilizar mão-de-obra. -----

-----4. Há portanto duas situações distintas: -----

-----1. Concessão de apoio técnico para a elaboração de alteração ao projeto; -----

-----2. Concessão de subsídio em géneros (material, apoio logístico e eventualmente mão-de-obra). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à Associação de Solidariedade do Cadafaz, apoio técnico para a elaboração das alterações ao projeto do Centro de Dia.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: LOTEAMENTO QUINTA DOS CEDROS EM NOME DE MANUEL ALEIXO DA CRUZ, COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2007 - AUDIÊNCIA PRÉVIA** -----

-----Foi presente informação interna, da Secção de Obras Municipais, datada de 16/7/2012, com o registo interno n.º 2424, com o seguinte teor:---

-----“Ex.mo Sr. Presidente, -----

-----Em reunião do executivo de 2012/03/07 foi deliberado:-----

-----1 – No sentido de aprovar a caducidade da licença para a realização da operação de loteamento, com base na alínea d), do n.º 3, do art.º 71.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação; e -----

-----2 – Efetuar a audiência prévia do interessado, conforme previsto no n.º 5, do artigo atrás referido. -----

-----Efetuada a audiência prévia do interessado, com a cooperação do Gabinete Jurídico, o promotor apresentou resposta escrita onde explicita as razões que no seu entender não devem conduzir à emissão da declaração de caducidade, indicando que é sua intenção apresentar junto da Câmara Municipal pedido de alteração à Licença da Operação de Loteamento no prazo de quatro meses. -----

-----Analisado o assunto, em conjunto com o Gabinete Jurídico, propõe-se que se defira a pretensão do requerente, designadamente que o executivo não declare a caducidade da licença da operação de Loteamento correspondente ao alvará acima referido.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, não emitir a caducidade da licença da operação de loteamento. Mais deliberou, conceder ao promotor do loteamento, um período de quatro meses, para apresentar o pedido de alteração à licença de operação de loteamento, nos termos propostos na informação presente à reunião de câmara, designadamente, atendendo ao exposto no âmbito da audiência prévia efetuada.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa n.º 2/2012, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente ata, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo II**).-----

-----**PAGAMENTO DE CONDOMÍNIO – BAIRRO DE SANTA LUZIA, BLOCO 20**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 23/7/2012, com o registo interno n.º 2514, dando conhecimento de que no contrato de arrendamento realizado entre a autarquia e o proprietário da habitação, sita no Bairro de Santa Luzia, bloco 20, está estipulado que as despesas de condomínio ficam por conta do segundo contraente (Município de Celorico da Beira).-----

-----Nesta sequência propõem o pagamento anual do condomínio no valor de 60€.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento das despesas do condomínio anual, no valor de 60€, ao proprietário da referida habitação, Sr. Francisco José Abrantes Granjal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 10:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina Fernandes, que a secretariei.-----